

Informações Financeiras Intermediárias Combinadas

Grupo NC Farma

30 de junho de 2024
com Relatório de Revisão do Auditor Independente

Grupo NC Farma

Informações financeiras intermediárias combinadas

30 de junho de 2024

Índice

Relatório de revisão do auditor independente.....	1
Balanço patrimonial combinado.....	3
Demonstração do resultado combinado	5
Demonstração do resultado abrangente combinado.....	6
Demonstração combinada do acervo líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa combinados	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas.....	9

Relatório de revisão do auditor independente

Aos administradores e acionistas do
Grupo NC Farma
Hortolândia - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial combinado do Grupo NC Farma (“Grupo”), em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, e do resultado abrangente, das mutações do acervo líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da diretoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas e correspondente base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas de propósito especial descritas nas notas explicativas 1 e 2. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias combinadas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, combinada do Grupo, em 30 de junho de 2024, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas e a correspondente base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas de propósito específico descritas nas notas explicativas 1 e 2.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas e restrição sobre distribuição ou uso

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias combinadas. As demonstrações financeiras intermediárias combinadas foram elaboradas com o propósito de permitir aos acionistas, quotistas e diretores do Grupo NC avaliar a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 30 de junho de 2024, e o desempenho combinado de suas operações para o período de seis meses findo nesta data.

Conseqüentemente, as demonstrações financeiras intermediárias combinadas podem não ser adequadas para outro fim. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial das demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações financeiras combinadas do resultado, do resultado abrangente, do acervo líquido e dos fluxos de caixa referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, e apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 17 de abril de 2024 e relatório de revisão em 6 de setembro de 2023, ambos sem modificações.

Campinas 30 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-027623/F



Cristiane Cléria S. Hilario
CRC SP-243766/O

Ativo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	897.322	673.179
Contas a receber de clientes	7	1.728.038	1.680.102
Contas a receber de partes relacionadas	26.a	5.608	8.911
Estoques	8	1.666.415	1.749.257
Tributos a recuperar	9	648.490	729.152
Antecipação de dividendos		131.857	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.b	4.205	166
Outros recebíveis	10	66.104	89.786
Ativos de operações descontinuadas	1.b	6.650	12.893
Total do ativo circulante		5.154.689	4.943.446
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	6	90.926	81.766
Tributos a recuperar	9	716.348	256.143
Depósitos judiciais	17	72.365	68.421
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	122.643	234.502
Outros recebíveis	10	5.429	6.629
Direito de uso ativo	11.a	227.822	265.822
Imobilizado	12	1.559.940	1.498.072
Intangível	13	225.047	32.090
Total do ativo não circulante		3.020.520	2.443.445
Total do ativo		8.175.209	7.386.891

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias combinadas.

Passivo e Acervo líquido	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	15	685.797	599.454
Fornecedores a pagar partes relacionadas	26.a	1.509	19.401
Empréstimos e financiamentos	14	22.259	22.243
Debêntures	14	78.808	4.153
Passivo de arrendamento	11.b	73.838	73.838
Salários e encargos	16	288.644	228.235
Tributos a recolher		69.671	53.552
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.c	64.779	88.780
Impostos parcelados	19	10.697	19.224
Dividendos a pagar	26.b	103.382	752.684
Outras contas a pagar	20	263.983	219.157
Passivos de operações descontinuadas	1.b	1.259	1.034
Total do passivo circulante		1.664.626	2.081.755
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	37.052	48.735
Debêntures	14	146.667	220.000
Passivo de arrendamento	11.b	181.383	214.009
Provisão para perdas com processos judiciais	17	381.595	351.964
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	83.418	62.419
Outras contas a pagar	20	47.122	34.742
Total do passivo não circulante		877.237	931.869
Total do passivo		2.541.863	3.013.624
Acervo líquido		5.633.346	4.373.267
Total do passivo e do acervo líquido		8.175.209	7.386.891

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias combinadas.

Demonstração do resultado combinado
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Receita líquida de vendas	22	3.927.327	3.864.098
Custo dos produtos vendidos	23	(1.286.446)	(1.261.944)
Lucro bruto		2.640.881	2.602.154
Despesas com vendas	23	(445.596)	(395.351)
Despesas administrativas	23	(959.783)	(882.661)
Outras (despesas) receitas, líquidas	14	253.594	(31.386)
Lucro operacional		1.489.096	1.292.756
Receitas financeiras	25	253.308	92.990
Despesas financeiras	25	(91.679)	(94.937)
Resultado financeiro, líquido		161.629	(1.947)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.650.725	1.290.809
Imposto de renda e contribuição social	18.b	(289.851)	(263.699)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		1.360.874	1.027.110
Operações descontinuadas			
Resultado líquido das operações descontinuadas	1.b	(469)	(790)
Lucro líquido do período		1.360.405	1.026.320
Lucro atribuível à acionistas controladores		1.359.943	1.024.970
Lucro atribuível à acionistas não controladores		462	1.350

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias combinadas.

Demonstração do resultado abrangente combinado
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro líquido do período	1.360.405	1.026.320
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão classificados subsequentemente para o resultado:		
Operações no exterior e diferenças cambiais na conversão	233	203
Resultado abrangente total	<u>1.360.638</u>	<u>1.026.523</u>
Resultado abrangente atribuível:		
Acionistas controladores	1.360.176	1.025.173
Acionistas não controladores	462	1.350
Resultado abrangente total	<u>1.360.638</u>	<u>1.026.523</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo NC Farma

Demonstração combinada do acervo líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

GRUPO **NC**

	Acervo líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.070.878
Lucro líquido do período	1.026.320
Ajustes de avaliação patrimonial (20.a)	203
Combinação de nova entidade nas informações financeiras combinadas (Rio Biofarma)	(6.478)
Aumento de capital social	12.316
Dividendos distribuídos aos acionistas (20.a)	(358.220)
Em 30 de junho de 2023	4.745.019
	Acervo líquido
Em 31 de dezembro de 2023	4.373.267
Lucro líquido do período	1.360.405
Ajustes de avaliação patrimonial (20.a)	233
Transação com sócios - alteração de participação	(2.608)
Dividendos e JCP distribuídos aos acionistas (20.b)	(97.951)
Em 30 de junho de 2024	5.633.346

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias combinadas.

Demonstração dos fluxos de caixa combinados
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas		1.650.725	1.290.809
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas		(469)	(790)
Ajustes de			
Depreciação e amortização	12, 13 e 14	94.227	65.111
(Ganho) perda na alienação de imobilizado	13	17.770	12.220
Provisão (reversão) para perdas de créditos estimados do contas a receber	7	314	4.932
Provisão de devolução	7 e 8	(2.760)	(127)
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	8	11.972	(63.631)
Provisão (reversão) para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais	17	16.778	68.465
Provisão para perdas de valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)		-	(19)
Provisão de juros		17.574	36.625
Ganho de subvenção no resultado referente concessão de ICMS		(594)	(5.030)
Perdas (ganhos) cambiais e monetário não realizados de atividades financeiras		37.898	22.644
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	7	(43.530)	34.603
Estoques	8	68.939	(199.175)
Contas a receber de partes relacionadas	26.a	3.303	(3.506)
Tributos a recuperar	9	(487.385)	(58.755)
Outros recebíveis	10	30.815	13.493
Depósitos judiciais	17	(2.501)	1.888
Fornecedores e outras obrigações		203.963	(22.028)
Tributos a recolher		16.135	(6.174)
Impostos parcelados	19	(8.527)	(12.817)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	26.a	(17.719)	(8.161)
Caixa gerado nas operações		1.606.928	1.170.577
Juros pagos	14	(16.232)	(20.574)
Pagamento de processos judiciais		(12.758)	(52.162)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18	(73.116)	(148.676)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.504.822	949.165
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	6	(9.160)	(70.379)
Aquisição de ativo imobilizado	13	(130.233)	(85.586)
Aquisição de ativo intangível	14	(198.589)	(22)
Caixa de entidades combinadas		-	857
Outros investimentos		(2.375)	203
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(340.357)	(154.927)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicação (resgate) financeira vinculada a empréstimo	6	-	(53)
Pagamento de principal de empréstimos	14	(11.093)	(15.987)
Pagamento de arrendamentos	11.b	(50.251)	(39.326)
Dividendos pagos	21	(879.110)	(766.244)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(940.454)	(821.610)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		224.011	(27.372)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período das operações continuadas	5	673.179	608.235
Caixa e equivalentes de caixa no início do período das operações descontinuadas		2.811	8.634
Caixa e equivalentes de caixa no final do período das operações continuadas	5	897.322	582.462
Caixa e equivalentes de caixa no final do período das operações descontinuadas		2.679	7.035

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias combinadas.

1. Contexto operacional e base para elaboração das informações financeiras combinadas

a. Contexto operacional

O Grupo NC Farma (Grupo) é um conglomerado de empresas brasileiras do ramo farmacêutico e líder do mercado farmacêutico nacional, o principal destaque do Grupo é a entidade EMS S.A.

As informações financeiras do Grupo foram combinadas, para demonstrar a posição e performance financeira das Empresas sob administração comum do Grupo e, visto que as decisões são tomadas em conjunto, e representam a posição patrimonial das operações por ela mantidas. A definição das Empresas combinadas levou em consideração os seguintes aspectos: (i) Atuam sob a mesma gestão; e (ii) Estão sob o controle direto ou indireto do Grupo, que incluem as informações financeiras mencionadas no item b abaixo.

Aquisição Dermacyd - categoria de sabonete íntimo

Em 27 de abril de 2023, a EMS S.A em conjunto com a Globe Pharma S.A.R.L. (empresa coligada sob controle de controlador indireto em comum) assinou o contrato de compra da marca Dermacyd, líder no país na categoria de sabonete íntimo. A marca global foi adquirida dentro da estratégia de expandir o seu processo de internacionalização, reposicionar a empresa e ampliar sua participação no segmento de OTC (medicamentos isentos de prescrição). A participação da EMS na aquisição marca corresponde a 55%, referente aos itens comercializados nacionalmente, e a participação da Globe Pharma corresponde a 45%, referente aos itens comercializados internacionalmente, sob o nome Lactacyd.

A transação possui valor total de 66 milhões de euros, envolvendo a aquisição de direito de produção e comercialização da marca contendo 17 itens de higiene, incluindo as que são comercializadas no México, Peru e Argentina sob o nome de Lactacyd. Fazem parte dessa transação certos ativos e passivos, compostos principalmente por estoques, ativos imobilizados detalhados em contrato, contas a receber de clientes, material promocional de vendas, passivos de tributos de vendas gerados após a compra, passivos referentes a devoluções e recolhimentos de produtos, e outros ativos e passivos que possam ser gerados sobre a operação de compra em si.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a transação em 23 de junho de 2023, e em 31 de janeiro de 2024, os novos ativos e passivos foram assumidos pelo grupo. Tais ativos e passivos incluem transferência de titularidade e domínio da marca, licença de know-how de fabricação dos produtos, registro nos órgãos de regulamentação locais ("ANVISA"). Estoques e máquinas para fabricação que estão inclusos na transação não foram entregues até a aprovação dessas informações financeiras intermediárias.

Em 31 de janeiro de 2024 a EMS realizou o pagamento da operação de aquisição no montante de R\$198.432 correspondente a 55% da operação, alocado nos intangíveis do Grupo, como Marcas.

b. Base para elaboração das informações financeiras combinadas

As informações financeiras combinadas do Grupo NC Farma estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas às atividades do Grupo NC Farma, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, estas informações financeiras combinadas não representam as informações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtida se as entidades consideradas na combinação tivessem operado com uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Para fins de apresentação das informações financeiras combinadas do Grupo NC Farma, os seguintes procedimentos foram observados:

b.1) Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação

As entidades sujeitas à combinação estiveram sob controle comum durante todo o período coberto pelas informações financeiras combinadas, cuja avaliação foi baseada na definição de controle do Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

As seguintes entidades estão sendo consideradas no processo de elaboração das informações financeiras combinadas:

- EMS S.A. ("EMS") - é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1964 e que, em conjunto com suas controladas, tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas. A sede social da EMS está localizada na cidade de Hortolândia, estado de São Paulo.
- CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S/A (CPM) - Localizada em Américo Brasiliense/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense (IFAB) de titularidade da Fundação para o "Remédio Popular" ("FURP"), vinculada à Secretaria do Estado de São Paulo ("SESSP"), por meio de concessão. O objetivo foi ampliar a capacidade do Governo para a produção de medicamentos genéricos. O prazo de concessão seria de 15 anos e o início da produção ocorreu em 1º de agosto de 2015.

O Contrato de Concessão estava suspenso desde 1º de janeiro de 2020, limitando as atividades aos serviços necessários à segurança patrimonial e de monitoramento, limpeza e manutenção. Em 12 de agosto de 2022 foi divulgado no Diário Oficial o acordo de rescisão amigável e antecipada do contrato de concessão entre a CPM e a FURP. Os valores já faturados relativos a medicamentos fornecidos à SESSP e às atividades finais de desmobilização totalizam R\$74.451, dos quais foram recebidos o montante de R\$50.000 em agosto de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Em 31 de março de 2022, a CPM foi classificada como operação descontinuada. Em 30 de novembro de 2022 a CPM realizou a redução de capital no montante de R\$31.208, visando o encerramento de suas atividades, com o objetivo de retornar os investimentos realizados por seus acionistas. Em 10 de janeiro de 2024 a CPM realizou outra redução de capital no montante de R\$6.000.

Os quadros de ativos e passivos de operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem toda a posição patrimonial em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e de resultados em períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, quando aplicável:

Ativo	30/06/2024 31/12/2023		Passivo e patrimônio líquido	30/06/2024 31/12/2023	
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.679	2.811	Fornecedores	56	57
Contas a receber de partes relacionadas	75	75	Fornecedores Partes relacionadas	173	-
Estoques	-	29	Passivo de arrendamento	21	21
Tributos a recuperar	856	788	Tributos a recolher	16	15
Dividendos antecipados	-	6.000	Outras contas a pagar	54	50
Outros recebíveis	169	122	Total do passivo circulante	320	143
Total do ativo circulante	3.779	9.825	Não circulante		
Não circulante			Provisão para perdas com processos judiciais	939	907
Tributos a recuperar	2.808	2.913	Total do passivo não circulante	939	907
Depósitos judiciais	63	175	Total do passivo	1.259	1.050
Total do ativo não circulante	2.871	3.088	Capital social	27.397	33.397
Total do ativo	6.650	12.913	Prejuízos acumulados	(22.006)	(21.534)
			Total do patrimônio líquido	5.391	11.863
			Total do passivo e do patrimônio líquido	6.650	12.913

(i) O saldo de patrimônio líquido foi eliminado no momento da combinação das informações financeiras.

Os resultados e os fluxos de caixa das operações descontinuadas para os períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, estão demonstradas a seguir:

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas administrativas	(579)	(775)
Outras despesas	(10)	(20)
Prejuízo operacional	(589)	(795)
Resultado financeiro, líquido	120	262
Prejuízo do período	(469)	(533)

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Prejuízo do período	(469)	(533)
Ajustes de		
Provisão para perda do valor recuperável (<i>impairment</i>)	-	(39)
Provisão para processos judiciais	32	(377)
Variações nos ativos e passivos		
Estoque	29	-
Tributos a recuperar	37	(22)
Demais contas a receber	(67)	119
Depósitos judiciais	112	(1)
Fornecedores e outras obrigações	178	(380)
Tributos a recolher	16	(5)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(132)</u>	<u>(1.238)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(132)</u>	<u>(1.238)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 5)	2.811	8.634
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 5)	2.679	7.396

- EMS Sigma Pharma Ltda. (EMS Sigma) - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da (EMS S/A) para revenda. A partir de novembro 2018 a EMS Sigma passou à condição de embaladora dos produtos fabricados pela Novamed a partir do Regime Especial de Industrialização por Encomenda obtido no estado de São Paulo e anuído pelo Governo do Amazonas.
- Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda. (Legrand) - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda.
- Luxbiotech Farmacêutica Ltda. (Luxbiotech) - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de dermatocsméticos de última geração em âmbito nacional, e revenda de produtos comercializados adquiridos da controladora.
- Monteresearch SRL (Monteresearch) - Localizada em Milão na Itália, é um laboratório de pesquisa farmacêutica, especializado no desenvolvimento de *drug delivery systems*, tecnologias que permitem desenvolver uma nova formulação para que uma droga seja liberada no organismo de forma mais rápida ou lenta, de acordo com a necessidade médico e paciente e inclusive em concentrações mais seguras.
- Rio Bio *Pharmaceuticals*, LLC (Rio Bio) - Localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades farmacêuticas, podendo incluir, entre outras, a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia; e a participação em *joint ventures* ou outras sociedades como quotista, acionista ou sócia.

- Germed Farmacêutica Ltda. (Germed) - Localizada em Hortolândia/SP, é uma empresa constituída em 1964. A empresa tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, homeopáticos, veterinários, odontológicos, alimentícios dietéticos, de higiene, de toucador, cosméticos, perfumes, domissanitários, fitossanitários, insumos farmacêuticos, drogas e correlatos, síntese de antibióticos, de química fina e industrial.
- Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda. (Novamed) - Localizada em Manaus/AM, é uma empresa constituída em 04 de agosto de 2010 e que iniciou suas atividades operacionais em julho de 2014, tendo por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos farmacêuticos, próprios e de terceiros.
- Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda. (Multilab) - Localizada em São Jerônimo/RS, tem como objetivo fabricação e comercialização de medicamentos, cosméticos, produtos de higiene e produtos alimentícios, no âmbito nacional e internacional. A empresa foi adquirida pelo Grupo NC em 2018 através da Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda. Em junho de 2022 a Novamed adquiriu 12,1% de participação da Multilab, que se referiam à participação de acionistas não controladores, passando a ser a única quotista da Multilab.
- Snellog - Armazéns Gerais e Logística Ltda (Snellog)- Localizada em Jaguariúna/SP, é uma empresa constituída em 22 de agosto de 2007 que tem como objeto atividade de armazenamento e depósitos de mercadorias em geral, organização e transporte de carga. A empresa passou a ser combinada nas informações financeiras intermediárias baseada na estratégia de negócio do Grupo, visando obter informações contábeis de todos os negócios atuantes no mercado farmacêutico ou que possuem relação direta com as entidades atuantes no mercado farmacêutico.
- Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda. (Lafiman) - Localizada em Hortolândia/SP, foi constituída em 4 de novembro de 2003, e tem como objeto a comercialização de produtos farmacêuticos, odontológicos, alimentícios, cosméticos, dentre outros relacionados, próprios ou de terceiros. A empresa passou a ser combinada nas informações financeiras intermediárias baseada na estratégia de negócio do Grupo, visando obter informações contábeis de todos os negócios atuantes no mercado farmacêutico ou que possuem relação direta com as entidades atuantes no mercado farmacêutico.

-
- Rio Biofarma Brasil Ltda - Localizada em Hortolândia/SP, é uma empresa constituída em 28 de abril de 2021 que tem como objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia. A empresa passou a ser combinada nas informações financeiras intermediárias a partir de janeiro de 2023 baseado na estratégia de negócio do Grupo, visando obter informações contábeis de todos os negócios atuantes no mercado farmacêutico ou que possuem relação direta com as entidades atuantes no mercado farmacêutico.

Há outras entidades de controle comum que não fizeram parte das informações financeiras combinadas, que seriam as empresas Germed Farmacêutica LDA e Xenobrasil Desenvolvimento e Pesquisas sobre Xenotransplantes do Brasil Ltda. pois, apesar de serem negócios do ramo farmacêutico, elas estão relacionadas a pesquisas técnicas e pesquisa e desenvolvimento, por esse motivo a administração optou por não as incluir nessas informações financeiras intermediárias combinadas.

As entidades combinadas têm participação societária em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 das seguintes partes de forma direta ou indireta:

	EMS S.A.	Germéd	Lafiman	Snellog	Novamed	Multilab	Rio Biofarma	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Montereseach	Rio Bio LLC
EMS S.A.		-	-	-	-	-	124.500	7.662.451	136.464	97.516.851	90.000	3.308
NC Farma Participações S.A.	19.800.000	10.272.741	1.000.000	8.150.000	-	-	12.325.500	77.398	1.379	206.158	-	-
Germéd Farmacêutica LDA.	200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	-	-	-	-	-	190.238.099	-	-	-	-	-	-
Carlos Eduardo Sanchez	-	-	-	-	875.847.771	-	-	-	-	-	-	-
Leonardo Sanchez Secundino	-	-	-	-	145.974.629	-	-	-	-	-	-	-
Marcus Vinicius Sanchez Secundino	-	-	-	-	145.974.629	-	-	-	-	-	-	-
Total	20.000.000	10.272.741	1.000.000	8.150.000	1.167.797.029	190.238.099	12.450.000	7.739.849	137.843	97.723.009	90.000	3.308

As informações das informações financeiras intermediárias de cada uma das entidades combinadas podem ser assim sumarizadas:

Em 30 de junho de 2024	EMS S.A (Individual)	Germéd	Lafiman	Snellog	Novamed	Multilab	Rio Biofarma	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Montereseach	Rio Bio LLC	Total de eliminações	Operações descontinuadas	Combinado
Ativo circulante	4.567.939	397.781	179.804	28.241	3.402.857	885.620	42.041	181.985	371.009	113.163	9.165	1.445	(5.030.140)	3.779	5.154.689
Ativo não circulante	2.233.082	62.160	17.718	74.462	1.305.703	59.286	20.032	232.606	40.253	18.031	2.344	-	(1.048.028)	2.871	3.020.520
Passivo circulante	(4.782.234)	(143.168)	(161.670)	(46.813)	(395.624)	(178.430)	(65.806)	(328.326)	(199.905)	(26.649)	(5.023)	-	4.669.342	(320)	(1.664.626)
Passivo não circulante	(548.422)	(31.277)	(2.746)	(52.412)	(122.808)	(35.508)	(26.400)	(9.294)	(18.564)	(51.694)	-	-	22.827	(939)	(877.237)
Patrimônio líquido	(1.470.365)	(285.496)	(33.106)	(3.478)	(4.190.128)	(730.968)	30.134	(76.971)	(192.795)	(52.851)	(6.488)	(1.445)	1.386.002	(5.391)	(5.633.346)
Receita operacional líquida	3.669.790	52.364	133.133	45.642	1.876.455	188.977	-	199.413	84.480	111.133	2.749	-	(2.436.809)	-	3.927.327
Custo das vendas	(2.485.704)	(31.896)	(107.636)	(44.864)	(794.543)	(155.358)	(938)	(89.828)	(24.293)	(59.454)	(937)	-	2.509.005	-	(1.286.446)
Lucro bruto	1.184.086	20.468	25.497	778	1.081.912	33.619	(938)	109.585	60.187	51.679	1.812	-	72.196	-	2.640.881
Despesas operacionais	(763.973)	(80.258)	(4.704)	552	(54.490)	(46.202)	(15.513)	(18.651)	(83.026)	(29.686)	(6.756)	-	(49.667)	589	(1.151.785)
Resultado financeiro líquido	150.353	987	600	(4.596)	8.946	(3.370)	115	(889)	9.131	383	1	-	88	(120)	161.629
Resultado antes dos impostos	570.466	(58.803)	21.393	(3.265)	1.036.368	(15.953)	(16.336)	90.044	(13.708)	22.376	(4.944)	-	22.618	469	1.650.725
Imposto de renda e contribuição social	(155.900)	16.722	(4.263)	1.153	(102.802)	(6.320)	-	(30.674)	254	(8.018)	-	-	-	-	(289.851)
Resultado líquido do exercício das operações continuadas	414.564	(42.082)	17.130	(2.112)	933.565	(22.274)	(16.336)	59.370	(13.454)	14.357	(4.944)	-	23.090	-	1.360.874
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	469	(469)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2023	EMS S.A (Individual)	Germed	Lafiman	Snellog	Novamed	Multilab	Rio Biofarma	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Monterese arch SRL	Rio Bio LLC	Total de eliminações	Operações descontin uadas	Combinado
Ativo circulante	3.918.692	417.110	21.063	24.843	2.414.584	891.769	18.329	228.198	338.788	115.861	11.262	1.445	(3.468.303)	9.805	4.943.446
Ativo não circulante	1.793.161	42.717	3.092	78.561	1.300.709	78.516	3.736	107.482	38.212	20.749	2.392	-	(1.028.970)	3.088	2.443.445
Passivo circulante	(3.965.538)	(103.251)	(5.594)	(41.643)	(257.918)	(183.101)	(21.962)	(309.110)	(151.243)	(47.866)	(4.637)	-	3.010.235	(127)	(2.081.755)
Passivo não circulante	(636.736)	(28.998)	(2.586)	(56.171)	(102.843)	(33.942)	(13.900)	(8.969)	(19.509)	(50.250)	-	-	22.942	(907)	(931.869)
Patrimônio líquido	(1.109.579)	(327.578)	(15.975)	(5.590)	(3.354.532)	(753.242)	13.797	(17.601)	(206.248)	(38.494)	(9.017)	(1.445)	1.464.096	(11.859)	(4.373.267)
Receita operacional líquida	6.135.274	1.072.361	22.640	78.951	3.231.513	1.266.896	-	355.413	930.606	138.636	10.900	-	(5.298.322)	-	7.944.868
Custo das vendas	(4.130.545)	(577.410)	(15.966)	(70.263)	(1.462.308)	(781.227)	(5.218)	(338.985)	(416.136)	(69.570)	(1.434)	-	5.248.853	-	(2.620.209)
Lucro bruto	2.004.729	494.951	6.674	8.688	1.769.205	485.669	(5.218)	16.428	514.470	69.066	9.466	-	(49.469)	-	5.324.659
Despesas operacionais	(1.695.820)	(231.069)	631	(5.474)	101.823	(126.049)	(14.641)	(3.659)	(205.740)	(55.063)	(11.770)	(50)	(563.041)	23.549	(2.786.373)
Resultado financeiro líquido	(37.821)	7.559	6.145	(9.893)	14.315	5.569	34	1.417	10.365	3.777	(12)	-	923	(921)	1.457
Resultado antes dos impostos	271.088	271.441	13.450	(6.679)	1.885.343	365.189	(19.825)	14.186	319.095	17.780	(2.316)	(50)	(611.587)	22.628	2.539.743
Imposto de renda e contribuição social	59.829	(76.998)	(4.128)	2.219	(132.483)	(112.217)	-	(4.139)	(103.980)	(2.760)	-	-	-	-	(374.658)
Resultado líquido do período das operações continuadas	330.917	194.443	9.322	(4.460)	1.752.860	252.972	(19.825)	10.047	215.115	15.020	(2.316)	(50)	(588.960)	-	2.165.085
Resultado líquido do período das operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.628)	(22.628)

Critérios de elaboração das informações financeiras intermediárias combinadas

Os princípios de demonstrações financeiras combinadas do CPC 44 e de demonstrações financeiras consolidadas do CPC 36 foram utilizados para a elaboração das informações financeiras intermediárias combinadas do Grupo, que considerou dentre outros procedimentos:

- Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na elaboração das informações financeiras intermediárias combinadas;
- Eliminação dos investimentos entre as empresas combinadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida, quando aplicável;
- Eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas combinadas;
- Cálculo de participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado combinado (a participação direta dos acionistas controladores foi adicionada na participação das empresas, não sendo considerados como minoritários); e
- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas.

2. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

As informações financeiras intermediárias combinadas são apresentadas em milhares de Reais ("R\$"), que é a moeda funcional das entidades, exceto se expresso de outra forma. As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias combinadas foram aprovadas pela Administração em 30 de agosto de 2024.

3. Políticas contábeis materiais

Não houveram alterações significativas nas políticas contábeis materiais adotadas pelo Grupo no período findo em 30 de junho de 2024 quando comparadas àquelas aplicadas e divulgadas na nota explicativa nº 4 das demonstrações financeiras combinadas do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitidas em 17 de abril de 2024, dessa forma, essas informações financeiras intermediárias combinadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras combinadas do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Estas informações financeiras intermediárias combinadas não foram repetidas, seja por redundância ou por relevância em relação ao já apresentado nas demonstrações financeiras:

- Políticas contábeis materiais;
- Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas; e
- Uso de estimativas e julgamentos.

4. Instrumentos financeiros

As operações com instrumentos financeiros do Grupo estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias conforme o quadro a seguir:

Hierarquia	30/06/2024		31/12/2023		
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	897.322	897.322	673.179	673.179
Aplicações financeiras vinculada a empréstimo	2	90.926	90.926	81.766	81.766
Instrumentos financeiros derivativos	2	4.205	4.205	166	166
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes	2	1.728.038	1.728.038	1.680.102	1.680.102
Contas a receber de partes relacionadas	2	5.608	5.608	8.911	8.911
Outros recebíveis	2	71.533	71.533	93.865	93.865
		2.797.632	2.797.632	2.537.989	2.537.989
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(685.797)	(685.797)	(599.454)	(599.454)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	2	(1.509)	(1.509)	(19.401)	(19.401)
Empréstimos e financiamentos	2	(59.311)	(59.311)	(70.978)	(70.978)
Debêntures	2	(225.475)	(225.475)	(224.153)	(224.153)
Passivo de arrendamento	2	(255.221)	(255.221)	(287.847)	(287.847)
Dividendos a pagar	2	(103.382)	(103.382)	(752.684)	(752.684)
Outras contas a pagar	2	(311.105)	(311.105)	(253.899)	(253.899)
		(1.641.800)	(1.641.800)	(2.208.416)	(2.208.416)

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que afetam as operações do Grupo estão apresentados a seguir:

a) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual o Grupo está exposto, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores.

Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, uma vez que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular.

b) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

- Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias foi:

	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalente de caixa	897.322	673.179
Contas a receber de clientes	1.728.038	1.680.102
Contas a receber de partes relacionadas	5.608	8.911
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	90.926	81.766
Outros recebíveis	71.533	93.865
	2.793.427	2.537.823

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pelo Grupo pode incluir referências bancárias.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos.

i) Risco de variação cambial

O risco associado decorre da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 30 junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía ativos e passivos em Dólar (USD), Euro (EUR) e Yuan Chines (CNY) nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessa data.

	30/06/2024		31/12/2023	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes	3.159	16.698	2.960	14.589
Fornecedores	(45.005)	(243.296)	(58.121)	(312.442)
Exposição líquida	(41.846)	(226.598)	(55.161)	(297.853)

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 30 de junho de 2024 de acordo com os seguintes cenários:

Risco	Tipo	Exposição	30/06/2024		Provável	25%	50%
			Exposição original (R\$)	Taxa efetiva 30/06/2024	Valor	Valor	Valor
Queda do Dólar	Clientes	1.910	9.753	5,56	(203)	7.099	4.444
Queda do Euro	Clientes	1.248	6.945	5,95	(44)	5.087	3.229
Alta do Dólar	Fornecedores	(41.096)	(213.834)	5,56	8.354	(270.946)	(328.058)
Alta do Euro	Fornecedores	(2.154)	(12.611)	5,95	699	(15.818)	(19.024)
Alta do yuan chinês	Fornecedores	(1.755)	(1.262)	0,03	1.200	(1.277)	(1.292)
		(41.847)	(211.009)		10.209	(282.954)	(345.146)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do euro para o ano seguinte, conforme cotações obtidas no website do Banco Central do Brasil – BACEN.

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano e do euro de 25% e de 50%, respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

a. Derivativos

Em 30 de junho de 2024, as operações de instrumentos derivativos contratados pelo Grupo tratava-se de saldos de contratos a termo (NDF), os quais totalizam R\$87.101. Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganho no valor de R\$4.205. Em 30 de junho de 2024 essas operações foram contratadas pela taxa do dólar (USD) e euro (EUR) com vencimento entre 3 de julho de 2024 a 2 de outubro de 2024.

ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo estar sujeito aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2024 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 11,68% ao ano), os efeitos que seriam registrados nas informações financeiras intermediárias para os próximos 12 meses seria uma receita financeira de R\$29.935. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira seria impactado em:

Grupo NC Farma

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

GRUPO NC

Modalidade	Taxa efetiva em 30/06/2024	Risco	Exposição	Provável	25%		50%	
					%	Valor	%	Valor
Aplicação financeira (*)	11,68%	Baixa	978.347	114.271	8,76%	85.703	5,84%	57.135
Debêntures	11,68%	Alta	(225.475)	(26.335)	14,60%	(32.919)	17,52%	(39.503)
			489.120	57.472		29.935		2.398

(*) Montante resultante da soma dos saldos de aplicações financeiras evidenciados nas notas explicativas 5 e 6.

d) Risco de liquidez

Na gestão do risco de liquidez, o Grupo monitora e mantém um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações do Grupo e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício.

	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2024					
Fornecedores e outras contas a pagar	(996.902)	(949.780)	(47.122)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(1.509)	(1.509)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(69.317)	(14.779)	(27.623)	(26.914)	-
Debêntures	(271.122)	(13.298)	(94.443)	(163.381)	-
Passivo de arrendamentos	(249.520)	(40.279)	(70.667)	(106.288)	(32.286)
Dividendos a pagar	(103.382)	(103.382)	-	-	-
Posição líquida	(1.691.752)	(1.123.027)	(239.855)	(296.583)	(32.286)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco	9.901	41.672
Aplicações financeiras	887.421	631.507
	897.322	673.179

(i) As aplicações financeiras são representadas por cotas lastreadas em fundo de investimento de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cujas taxas de rendimentos estão atreladas ao CDI. O percentual do CDI é entre 80% e 105% em 30 de junho de 2024 (entre 60% e 100% em 31 de dezembro de 2023).

6. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicação financeira vinculada a garantia de financiamento (i)	1.567	1.546
Aplicação financeira vinculada a reinvestimento (ii)	89.359	80.220
	<u>90.926</u>	<u>81.766</u>

- (i) A aplicação financeira refere-se a garantia do financiamento de ICMS concedido à Entidade combinada EMS à título de subvenção governamental. O montante somente poderá ser utilizado para a quitação total das parcelas finais do financiamento.
- (ii) A aplicação financeira refere-se a montantes que são mantidos como reserva que seriam utilizados no pagamento de IRPJ e CSLL e que não foram devido ao benefício concedido pelo reinvestimento. Esse montante é liberado para uso conforme é atendido aos requisitos previstos pela superintendência para reinvestimento na modernização da planta fabril.

7. Contas a receber de clientes

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber de clientes	1.753.308	1.709.778
(-) Provisão para perda esperada de crédito	(12.944)	(12.630)
(-) Provisão para devolução	(12.326)	(17.046)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>1.728.038</u>	<u>1.680.102</u>

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as contas a receber de clientes possuem a seguinte abertura por data de vencimento:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	1.581.183	1.479.080
Vencidos		
A menos de três meses	145.256	176.332
De três a seis meses	9.761	30.086
De seis meses a doze meses	9.813	16.579
Acima um ano	7.295	7.701
	<u>1.753.308</u>	<u>1.709.778</u>

As movimentações das provisões para perdas de crédito esperadas e para devolução do Grupo são as seguintes:

	Provisão para perdas esperadas		Provisão para devolução	
	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo Inicial	(12.630)	(12.613)	(17.046)	(20.236)
Reversão (constituição) de provisão	(314)	(17)	4.720	3.190
Saldo final	<u>(12.944)</u>	<u>(12.630)</u>	<u>(12.326)</u>	<u>(17.046)</u>

As contas a receber de clientes são denominadas nas seguintes moedas:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reais	1.736.610	1.695.189
Euro	6.945	4.060
Dólares americanos	9.753	10.529
	<u>1.753.308</u>	<u>1.709.778</u>

8. Estoques

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Produtos acabados	522.533	496.937
Matéria-prima	749.939	840.816
Produtos em elaboração	190.932	212.529
Material de embalagem e outros	161.141	186.619
Importações em andamento	74.787	41.154
Adiantamento a fornecedores	51.589	41.776
Provisão para devolução	6.865	8.825
Provisão para obsolescência	(91.371)	(79.399)
	<u>1.666.415</u>	<u>1.749.257</u>

A movimentação das provisões em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é apresentada abaixo:

	<u>Provisão para obsolescência</u>		<u>Provisão para devolução</u>	
	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	(79.399)	(129.595)	8.825	9.686
Reversão (constituição) de provisão	(11.972)	50.196	(1.960)	(861)
Saldo final	<u>(91.371)</u>	<u>(79.399)</u>	<u>6.865</u>	<u>8.825</u>

9. Tributos a recuperar

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS e COFINS – Não cumulativo	91.782	361.046
ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (a)	842.071	265.138
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	297.985	289.615
Outros	83.124	22.129
IRPJ e CSLL	49.876	47.367
	<u>1.364.838</u>	<u>985.295</u>
Circulante	648.490	729.152
Não circulante	716.348	256.143

- (a) No ano de 2007, as empresas EMS, Germed, EMS Sigma, Novamed, Nova Química, Legrand e Luxbiotech (conjuntamente denominadas "empresas") distribuíram Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Em maio de 2019, obteve sentença favorável em grau recursal (STF). No mesmo ato, ocorreu o trânsito em julgado do processo. Diante disto, as empresas citadas acima procederam com o levantamento dos respectivos valores a partir do ano de 2006. Em 2024, as empresas mencionadas acima com base na opinião e laudo preparado por seus assessores, mensurou os valores complementares e registrou o montante de R\$515.669, sendo R\$332.960 referente ao PIS e a COFINS, registrado em outras receitas operacionais (vide nota nº 23), e R\$182.709 referente a juros e atualização monetária, registrados em receitas financeiras (vide nota nº 24), para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros.

10. Outros recebíveis

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamento a fornecedores	6.763	44.571
Adiantamento a partes relacionadas (Nota 26)	847	11.753
Adiantamento a funcionários	7.734	20.005
Indenização de sinistro	5.708	8.402
Antecipação de despesas com mídia institucional	48.984	-
Outros	1.497	11.684
	<u>71.533</u>	<u>96.415</u>
Circulante	66.104	89.786
Não circulante	5.429	6.629

11. Direito de uso e passivo de arrendamento

a. Direito de uso de ativos

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial	223.381	31.899	5.030	265.822
Depreciação	(21.318)	(15.206)	(1.476)	(38.000)
Saldo contábil, líquido	202.063	16.693	3.554	227.822
Em 30 de junho de 2024				
Custo	286.456	215.710	11.178	523.838
Depreciação acumulada	(113.361)	(162.457)	(9.704)	(296.016)
Saldo contábil, líquido	173.095	53.253	1.474	227.822

b. Passivo de arrendamento

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	221.523	62.575	3.749	287.847
Juros incorridos	15.809	1.493	323	17.625
Pagamentos	(45.074)	(4.257)	(920)	(50.251)
Saldo contábil, líquido				
Em 30 de junho de 2024	192.258	59.811	3.152	255.221
Circulante				73.838
Não Circulante				181.383
				<u>255.221</u>

12. Imobilizado

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Em 31 de dezembro de 2023	464.861	608.941	45.023	225.797	153.450	1.498.072
Aquisições	-	578	342	129.313	-	130.233
Baixas, líquidas	-	(1.140)	(48)	(16.582)	-	(17.770)
Transferências (**)	37.531	108.637	14.865	(162.890)	-	(1.857)
Depreciação	(9.869)	(27.668)	(3.974)	-	(7.227)	(48.738)
Saldo contábil, líquido	492.523	689.348	56.208	175.638	146.223	1.559.940
Em 30 de junho de 2024						
Custo	626.857	1.081.292	119.213	175.638	231.715	2.234.715
Depreciação acumulada	(134.334)	(391.944)	(63.005)	-	(85.492)	(674.775)
	492.523	689.348	56.208	175.638	146.223	1.559.940

(*) Obras em andamento referem-se a investimentos para expansão de linhas de produção.

(**) O valor de R\$1.857 na linha de transferências na movimentação do imobilizado, refere-se a itens de intangível que foram adicionados nessa rubrica em períodos anteriores e transferidos para a rubrica de intangível durante o ano para classificação adequada desses itens.

Em 30 de junho de 2024 a Administração do Grupo avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.

13. Intangível

	Software	Marcas e Patentes	Outros ativos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	6.059	23.367	2.664	32.090
Aquisições (*)	-	199.931	-	199.931
Transferências (**)	1.857	-	-	1.857
Depreciação	(1.178)	(7.465)	(188)	(8.831)
Saldo contábil, líquido	6.738	215.833	2.476	225.047
Em 30 de junho de 2024				
Custo	30.681	263.239	28.354	322.274
Depreciação acumulada	(23.943)	(47.406)	(25.878)	(97.227)
	6.738	215.833	2.476	225.047

(*) Do montante total, R\$ 197.506 refere-se a aquisição da Marca Dermacyd, conforme mencionado em nota 1.a.

(**) O valor de R\$1.857 na linha de transferências na movimentação do intangível, refere-se a itens adquiridos e mantidos na rubrica "imobilizados em andamento" em períodos anteriores e transferidos para a rubrica de intangível durante o ano para classificação adequada desses itens.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa de juros	Vencimento	30/06/2024	31/12/2023
Debêntures	DI + 1,4% a.a.	Maio/27	225.475	224.153
BNDES	(b)	Março/26 à Fevereiro/27	57.853	68.857
Banco Regional de Brasília - financiamento do ICMS	25 % do INPC (i)	Dezembro/31	1.458	2.121
			284.786	295.131
Circulante			101.067	26.396
Não Circulante			183.719	268.735
			284.786	295.131

(a) Em 6 de maio de 2022 a EMS efetuou sua terceira emissão de debêntures em série única de 220.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, (mil Reais) não conversíveis em ações, de espécie quirografária para distribuição pública, com vencimento em 6 de maio de 2027. O pagamento do valor nominal será em três parcelas, sendo a primeira ao final do terceiro ano de data de emissão (6 de maio de 2025), a segunda parcela ao final do quarto ano da data de emissão (6 de maio de 2026) e a terceira parcela ao final do quinto ano da data de emissão, sendo essa em seu vencimento final, com remuneração de 100% da DI + 1,4% a.a., paga semestralmente.

(b) O saldo refere-se a empréstimos obtidos junto ao BNDES, conforme demonstrado abaixo:

(i) Contrato de P&D com crédito contratado no valor de R\$75.712 que será liberado em subcréditos conforme prestação de contas. O valor em aberto está em R\$2.213 (R\$2.840 em 31 de dezembro de 2023) com taxa de juros TJLP + 1,75% e 2,25% a.a. e com pagamento final 15/03/2026.

(ii) Contrato Reconstrução do Almoarifado, financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R\$81.363, dividido em dois subcréditos conforme prestação de contas:

Subcrédito "A" - no valor de R\$ 43.283 destinado à ampliação e reforma de unidade industrial, incluindo produção de medicamentos líquidos e semissólidos, linhas de embalagens e almoarifado, no município de Hortolândia/SP. Atualmente o saldo em aberto é de R\$22.158 (R\$26.291 em 31 de dezembro de 2023) com taxa de juros IPCA* 1,36% a.a. * 1,79% a.a. com pagamento final 15/02/2027.

Subcrédito "B" - R\$38.080 destinado à implantação de linhas de embalagens no complexo produtivos da EMS, localizado em Hortolândia. Atualmente o saldo em aberto é de R\$20.388 (R\$24.190 em 31 de dezembro de 2023) com taxa de juros IPCA* 2,16 a.a. * 1,79 a.a. com pagamento final 15/02/2027.

(iii) Contrato Injetáveis Oncológicos, financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R\$47.823, dividido em dois subcréditos conforme prestação de contas:

Subcrédito "A" - no valor de R\$34.413 (liberado R\$19.077) destinados à implantação de uma planta produtiva de medicamentos injetáveis oncológicos no município de Hortolândia/SP. Atualmente o saldo em aberto é de R\$10.211 (R\$12.115 em 31 de dezembro de 2023) com taxa de juros IPCA* 1,36% a.a. * 1,79% a.a. com pagamento final em 15/02/2027.

Subcrédito "B" - R\$13.410 (liberados R\$5.384) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos importados sem similar nacional necessários para execução do projeto. Atualmente o saldo em aberto é de R\$2.883 (R\$3.421 em 31 de dezembro de 2023) com taxa de juros IPCA* 2,16 a.a. * 1,79 a.a. com pagamento final em 15/02/2027.

- (c) Banco Regional de Brasília - BRB - refere-se à concessão do benefício creditício deferido em favor da EMS no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF) no montante de até R\$458.638 (valor original).

Cada parcela corresponde ao valor equivalente a 70% do crédito tributário constituído pela incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) originado pela importação de produtos químicos orgânicos e matérias-primas, entre outros, realizadas por estabelecimento da EMS S.A. localizado no Distrito Federal.

O financiamento ocorre através do BRB e tem carência de 300 meses (25 anos) da data de cada parcela liberada, conforme Portaria no 182, de 19 de maio de 2009 - Publicada no DODF no 097, de 21 de maio de 2009. Sobre os valores incide encargos correspondentes a 25% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que aos encargos apurados nos meses de janeiro a dezembro de cada ano são exigidos no mês de janeiro do ano subsequente.

O financiamento está garantido pelas aplicações em CDBs de emissão do BRB efetuadas pela EMS, as quais são remuneradas por 97% da variação da taxa do CDI, no valor equivalente a 10% do valor de cada parcela liberada do crédito, que somente poderá ser utilizado para quitação total das parcelas finais, o valor da respectiva aplicação financeira era de R\$1.567 em 31 de março de 2024 (R\$1.546 em 31 dezembro de 2023).

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

Determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão sujeitos a certas condições restritivas anuais e, contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que o Grupo mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a liquidez corrente, solvência e cobertura de juros. Na avaliação da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados anualmente foram adequadamente atendidas no exercício findo em 30 de junho de 2024.

A Administração do Grupo fez o acompanhamento das cláusulas de obrigações especiais contidas nestes contratos e entende que não realizou nenhuma ação que descumprisse estas, portanto o Grupo está adimplente em relação às cláusulas restritivas na data dessas informações financeiras intermediárias combinadas.

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante em 30 de junho de 2024 estão assim demonstrados:

	<u>30/06/2024</u>
2024	13.656
2025	99.176
2026	96.341
2027 em diante	<u>75.613</u>
	<u>284.786</u>

A reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	295.131	327.929
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:		
Amortização de financiamentos	(11.093)	(27.040)
Baixa de financiamentos (i)	(594)	(5.030)
Variação monetária sobre amortização de financiamentos	-	21
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	<u>283.444</u>	<u>295.880</u>
Outros itens		
Despesa com juros e variação monetária	17.574	37.647
Pagamentos de juros e variação monetária	(16.232)	(38.396)
Total de outros itens	<u>1.342</u>	<u>(749)</u>
Saldo Final	<u>284.786</u>	<u>295.131</u>

- (i) Refere-se a renegociação realizada junto ao BRB referente a concessão de benefício creditício de ICMS, arrematada via leilão junto a instituição, com o objetivo de reduzir o montante a pagar transferido à credora.

15. Fornecedores

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores estrangeiros	243.296	221.936
Fornecedores nacionais	309.523	248.854
Fornecedores nacionais - risco sacado (*)	36.861	47.594
Fornecedores de serviços	96.117	81.070
	<u>685.797</u>	<u>599.454</u>

- (ii) O Grupo NC possibilita que os seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem os seus recebíveis com um desconto sobre o valor principal. A opção e a decisão de aderir ao risco sacado é feita, de forma única e exclusiva pelo fornecedor, por meio de convênios com instituições financeiras, com intermédio da empresa podendo assim reduzir os seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do Grupo (o comprador), sendo o montante da operação realizado integralmente com o Banco Itaú S/A.

Esse convênio não altera as condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre o Grupo e os seus fornecedores, e não incorre em despesas financeiras ao Grupo, por esse motivo os saldos a pagar são mantidos na rubrica de "Fornecedores".

16. Salários e encargos a pagar

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Encargos sociais sobre férias e gratificações	108.029	67.006
Férias a pagar	74.439	66.957
Participação nos resultados	62.306	89.087
13ª salário	40.947	-
Outros	2.923	5.185
	<u>288.644</u>	<u>228.235</u>

17. Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante os tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, realiza controle e análise das demandas judiciais pendentes. Com base nas experiências anteriores e referente às quantias reivindicadas no que tange as ações trabalhistas, constitui provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso. O Grupo apresenta os seguintes passivos contingentes provisionados e depósitos judiciais já realizados:

	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Tributárias e cíveis (i)	193.694	177.964	(22.063)	(27.372)	171.631	150.592
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	187.901	174.000	(50.302)	(41.049)	137.599	132.951
	381.595	351.964	(72.365)	(68.421)	309.230	283.543

As movimentações das provisões para demandas judiciais estão demonstradas a seguir:

	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	351.964	276.266	68.421	80.604
Constituição da provisão	49.823	121.028	-	-
Atualização monetária	25.579	28.939	1.331	9.139
Reversão/remensuração dos processos	(33.045)	(37.203)	(5.983)	(15.716)
Baixa/pagamento de processos	(12.758)	(37.574)	-	(5.606)
Reclassificação da operação descontinuada	32	508	-	-
Saldo final	381.595	351.964	63.769	68.421

a. Composição

ii) Processos cíveis e tributários

	30/06/2024	31/12/2023
Tributários (i.1)	44.328	38.729
Cíveis (i.2)	143.032	139.235
	187.360	177.964

(i.1) Saldo substancialmente representado por Execução Fiscal distribuída pela União Federal, objetivando a cobrança de crédito tributário de IRPJ e CSLL, a qual possui probabilidade de perda provável.

(i.2) Refere-se substancialmente a ações cíveis, ajuizadas por consumidores alegando, em síntese, não conformidades em relação aos medicamentos produzidos pelas entidades do grupo.

iii) *Processos trabalhistas*

O Grupo constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré com base em estimativa de perda preparada pelos seus consultores jurídicos, as quais têm como principais pedidos: horas extras, indenizações por acidente de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas informações financeiras intermediárias ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

iv) *Perdas possíveis, não provisionadas*

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Segue composição e estimativa a seguir:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	1.246.748	692.804
Fiscais - IR/CSLL	1.865.423	1.631.664
Trabalhistas	363.550	342.330
Fiscais- Outros	610.385	864.617
	<u>4.086.106</u>	<u>3.524.527</u>

(a.1) Refere-se substancialmente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal que se trata de processo administrativo para cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Fins Sociais ("COFINS") e multas isoladas mais encargos, tendo como base suposta indedutibilidade de amortização de ágio na incorporação de empresa que teria reduzido artificialmente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL na EMS. Não obstante a regularidade do procedimento adotado, a Fiscalização glosou as despesas de amortização de ágio por ter entendido, em síntese, que não houve propósito negocial para aquisição da participação societária com ágio já que a operação ocorreu "dentro do mesmo grupo econômico".

A Companhia com o apoio de seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possíveis as chances de êxito uma vez que, ao contrário do alegado pelo Fisco, a operação possuiu forte propósito negocial envolvendo joint venture com empresa estrangeira, estranha ao Grupo econômico, visando o ingresso/consolidação do Grupo no mercado farmacêutico europeu, principalmente pela legislação que trata dos medicamentos em questão ser extremamente aderente a do Brasil. Além disso, as normas contábeis vigentes à época da operação autorizavam a referida amortização nos moldes realizados, e a operação foi realizada dentro da estrita legalidade, sendo que todos os atos foram devidamente registrados e publicados, o que demonstra a inexistência de má fé. A tese defendida pela empresa foi devidamente acolhida pela 1ª Turma do CARF, que quando da análise do caso, cancelou a autuação por maioria dos votos. Em 12 de setembro de 2017 a decisão foi revertida perante a Câmara Superior, após decisão favorável ao recurso especial da Fazenda Nacional, pelo voto de qualidade (nesse cenário, houve o desmembramento do processo para julgamento da multa qualificada pela Câmara Baixa, que deu provimento ao Recurso Voluntário da Companhia, cuja decisão, favorável à empresa, foi confirmada pela Câmara Superior, transitada em julgado no início de 2023). Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia obteve decisão judicial, que manteve a decisão proferida pela Câmara Baixa do CARF, que cancelou integralmente a autuação, considerando que o recurso da Fazenda Nacional, não preencheu os requisitos para admissibilidade, a qual foi confirmada pelo Tribunal Regional da 1ª Região em 26 de abril de 2023.

A Companhia, em conjunto com os seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possível o risco de perda para este caso, cujo montante atualizado em 30 de junho de 2024 é de R\$1.525.440.

- (a.2) A Germed possui auto de infração decorrente de supostos créditos presumidos indevidos de PIS e COFINS sobre medicamentos adquiridos de terceiros, relativos aos anos-calendários de 2014 a 2017. No julgamento em 1ª instância administrativa, a Delegacia de Julgamento da Receita Federal deu parcial provimento à impugnação. Atualmente aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF. O valor atualizado em 30 de junho de 2024 é de R\$323.125 (R\$311.096 em 31 de dezembro 2023).
- (b) Refere-se substancialmente a Ação Popular ajuizada com o objetivo de ver ressarcidos os supostos prejuízos ao Erário, decorrentes de contratos firmados na Parceria de Desenvolvimento de Produto - PDP celebrada entre a EMS, o Instituto Vital Brasil IVB e a UNIÃO.

b. Incerteza sobre tratamentos tributários

Conforme demonstrado no quadro acima, as autoridades fiscais alegam que o Grupo não atende a todos os critérios para deduzir a amortização do ágio para fins de IRPJ e CSLL. O Grupo entende que o ágio surgiu de uma operação com base econômica e, portanto, pode ser utilizado para fins tributários. Nenhum valor foi reconhecido nessas informações financeiras intermediárias combinadas porque o Grupo acredita que a regra tributária utilizada no passado estava em conformidade com a lei aplicável e acredita que é provável que defenda com êxito o tratamento tributário do Grupo em juízo.

O Grupo acredita que suas provisões para passivos fiscais são adequadas para todos os exercícios fiscais com base em sua avaliação de muitos fatores, incluindo interpretações da lei tributária e experiências anteriores.

I. Decisão do STF – Temas 881 e 885 da repercussão geral em 8 de fevereiro de 2023

Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A administração avaliou e concluiu que o Grupo não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas informações financeiras intermediárias combinadas.

II. Decisão do STJ - Possibilidade de exclusão dos benefícios fiscais de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e CSLL.

Em 26 de abril de 2023, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu por unanimidade e em sede de recurso repetitivo que é impossível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, dentre outros da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, ressalvados os casos em que os contribuintes cumpram as condições do artigo 10 da Lei Complementar nº 160/2017 e artigo 30 da Lei nº 12.973/14, como por exemplo, o registro em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/76 e observadas as demais condições para o uso de tais reservas.

A Administração avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que os efeitos estão adequadamente reconhecidos nas informações financeiras intermediárias combinadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período findo em 30 de junho de 2024.

18. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte movimentação e origem em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Saldo em 31/12/2023	Reconhecido no resultado	Saldo em 30/06/2024
Provisão para recuperação de impostos	(57.667)	(180.531)	(238.198)
Provisão entre vida útil societária e fiscal	(103.833)	(6.645)	(110.478)
Provisão para faturados e não embarcados (<i>cut-off</i>)	44.062	5.941	50.003
Provisão para obsolescência	26.813	4.129	30.942
Provisão para perdas com processos judiciais	107.263	20.761	128.024
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	10.040	(1.500)	8.540
Provisão para participação no resultado	30.286	(9.079)	21.207
Provisão para amostra grátis	8.285	5.007	13.292
Provisão para locação de veículos	1.384	563	1.947
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(2.340)	4.013	1.673
Arrendamento CPC 06/ IFRS 16	22.448	(13.132)	9.316
Prejuízo fiscal e base negativa	67.536	15.029	82.565
Valor justo investimento Multilab	(3.247)	877	(2.370)
Ganho por compra vantajosa Multilab	(17.406)	-	(17.406)
Provisão de comissões e bonificações	37.482	13.509	50.991
Outras provisões	977	8.200	9.177
	172.083	(132.858)	39.225
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo	234.502		122.643
Imposto de renda e contribuição social diferido - passivo	(62.419)		(83.418)
	172.083		39.225

b. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.650.725	1.290.809
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%	(561.247)	(438.875)
Redução de 75% do imposto de renda por subvenção	145.812	127.386
Inovação tecnológica (P&D) Lei nº 11.196/05	33.612	15.582
Reinvestimento	3.640	7.928
Subvenção para investimento (i)	82.439	76.121
Juros sobre capital próprio	33.308	-
Outras adições/exclusões permanentes	(27.415)	(51.841)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(289.851)	(263.699)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(132.858)	(272.239)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(156.993)	8.540
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(289.851)	(263.699)
Alíquota efetiva	17,56%	20,43%

(i) IRPJ e CSLL sobre benefícios de ICMS – Decisão “STJ”:

Referidos créditos extemporâneos foram reconhecidos decorrente do julgamento da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) decidiu por unanimidade e em sede de recurso repetitivo que é impossível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, dentre outros da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, ressalvados os casos em que os contribuintes cumpram as condições do artigo 10 da Lei Complementar nº 160/2017 e artigo 30 da Lei nº 12.973/14, como por exemplo, o registro em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/76 e observadas as demais condições para o uso de tais reservas. Em 12 de junho de 2023, foi publicado o inteiro teor do acórdão do Tema 1.182/STJ, o qual expõe e confirma as Teses propostas pelos Ministros do STJ acima descritas. Foi noticiado o ingresso de Embargos de Declaração pelas Partes envolvidas com o intuito de esclarecer potenciais obscuridades presentes no inteiro teor do referido julgamento. É esperado que os Ministros do STJ analisem e julguem tais Embargos de Declaração, para o qual, neste momento, não há data definida.

A Administração realizou a análise do referido processo à luz do arcabouço contábil vigente, sendo três principais pronunciamentos analisados: (i) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; (ii) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e (iii) CPC 32 – Tributos sobre o lucro. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, conclui-se que, o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro e CPC 32 seriam os pronunciamentos mais aplicáveis a essa situação em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro.

Tal pronunciamento requer que a Administração avalie se é “mais provável do que não” que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se tratar de uma decisão judicial na esfera do STJ, aplicada a todos os demais processos que venham a ser julgados, a Administração concluiu que é mais provável que não que o Grupo NC Farma possui o direito de efetuar a exclusão dos benefícios fiscais de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (“ICMS”) das bases de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) na data de aprovação e emissão dessas informações financeiras intermediárias combinadas e esta conclusão está de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, dessa forma o reconhecimento desse crédito tributário extemporâneo foi realizado para o período findo em 30 de junho de 2024.

Por fim, o Grupo possui duas ações judiciais referentes à tese: (i) uma que tramita perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em nome da Novamed, que se encontra aguardando julgamento em 2ª instância, após sentença integralmente favorável à empresa, e (ii) outra em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em nome das demais farmas (EMS, Germed, Legrand e Multilab) e, que se aguarda decisão em 1ª instância.

c. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRPJ a pagar	26.839	53.487
CSLL a pagar	37.940	35.293
	<u>64.779</u>	<u>88.780</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social a pagar, é conforme segue:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	88.780	125.364
(+) Provisão IR/CS correntes no exercício	156.993	410.304
(-) Compensações com tributos federais	(107.878)	(165.972)
(-) Antecipações/pagamentos no exercício	(73.116)	(280.916)
(=) Saldo final	<u>64.779</u>	<u>88.780</u>

19. Impostos parcelados

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Parcelamento - Lei nº 11.941/09 (i)	6.781	15.308
Parcelamento de ICMS (ii)	3.916	3.916
Total - Circulante	<u>10.697</u>	<u>19.224</u>

(i) Em novembro de 2009, o Grupo e a sua controlada EMS Sigma Pharma aderiram ao REFIS IV, programa de parcelamento e de quitação de débitos tributários. Os saldos dos impostos parcelados estão sujeitos a atualização monetária pela variação da taxa SELIC. Foram incluídos nesse programa os tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) e previdenciários que estavam sob discussão judicial, na opção de parcelamento em 180 meses, que conferiu o Grupo anistia parcial de 60% da multa, 20% sobre as multas isoladas e redução de 25% dos juros sobre a dívida original. O valor do principal da dívida consolidada da EMS S.A. foi de R\$23.922 e para a Sigma Pharma foi de R\$1.193.

Em agosto de 2014, o Grupo solicitou o parcelamento de débitos conforme moldes da Lei 12.996/2014, onde foram incluídos valores não parcelados anteriormente, na opção de parcelamento em 120 meses, que conferiu ao Grupo anistia parcial de 70% sobre as multas de mora e ofício, 25% sobre as multas isoladas, 30% sobre os juros de mora e 100% sobre o valor do encargo legal. O valor do principal da dívida consolidada da EMS S.A. foi de R\$1.762 e para a Sigma Pharma foi de R\$51. Em virtude do processo de consolidação em 2016 houve um acréscimo de R\$1.126.

Adesão ao parcelamento do ICMS com o Governo do Distrito Federal ocorrida no segundo semestre de 2007, para quitação de débitos de ICMS gerados pela glosa de créditos considerados indevidos pelas autoridades fiscais, os quais reduziram o saldo a pagar desse imposto. O Grupo parcelou o valor do sinal no montante de R\$435 em 36 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2007 e a última parcela em dezembro de 2023. O saldo remanescente é devido integralmente no mês subsequente ao término do parcelamento. Sobre cada parcela incidirá atualização monetária equivalente à variação do INPC acrescido de juros simples de 1% ao mês sobre o período do parcelamento.

20. Outras contas a pagar

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Antecipações de clientes	41.556	54.214
Antecipações de partes relacionadas	30.976	18.601
Outras contas a pagar com sócios	8.925	8.925
Provisão de terrenos a pagar	12.061	12.061
Provisão de serviços de terceiros	17.849	14.123
Provisão de despesas com funcionários	6.392	3.359
Provisão de comissões e bonificações	149.973	110.240
Provisão de locação de veículos	5.728	8.476
Provisão de despesas com marketing e promoções	18.912	9.690
Outras provisões	18.733	14.210
	<u>311.105</u>	<u>253.899</u>
Circulante	263.983	219.157
Não Circulante	47.122	34.742
	<u>311.105</u>	<u>253.899</u>

21. Acervo Líquido

a. Ajustes de avaliação patrimonial

No momento da combinação das informações financeiras existem variações de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior. Essa diferença é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Em 2024 houve efeito passivo de conversão de câmbio reconhecidas no patrimônio líquido no montante de R\$233 (R\$237 em 2023).

b. Dividendos e destinação do resultado

A movimentação dos saldos dos dividendos a pagar esta demonstrada conforme segue:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial do exercício	752.684	548.815
(+) Complemento de dividendos a pagar aprovados	97.951	1.862.400
(+) Dividendo mínimo obrigatório	-	26.536
(-) Pagamentos	<u>(747.253)</u>	<u>(1.685.067)</u>
(=) Saldo final do exercício - Circulante	<u>103.382</u>	<u>752.684</u>

22. Receita operacional líquida

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Vendas brutas de produtos, líquido dos abatimentos comerciais	4.460.839	4.403.321
Impostos sobre vendas	(404.879)	(431.081)
Devoluções sobre vendas	<u>(128.633)</u>	<u>(108.142)</u>
Receita operacional líquida	<u>3.927.327</u>	<u>3.864.098</u>

A partir do regime especial de industrialização por encomenda, como parte do seu processo produtivo, obtido junto ao estado de São Paulo e anuído pelo governo do Amazonas, a Novamed remete produtos semi-acabados para uma parte relacionada para a realização do processo de embalagem. Posteriormente, esses produtos retornam simbolicamente à Empresa e são enviados fisicamente por conta e ordem para a armazenagem no operador logístico onde sairá para venda. O reconhecimento da receita ocorre quando o controle dos produtos e mercadorias é transferido para o cliente final.

23. Abertura dos custos e despesas por natureza

	30/06/2024	30/06/2023
Matérias-primas e materiais de consumo	(777.532)	(826.780)
Salários e encargos sociais	(611.626)	(569.185)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(202.550)	(179.405)
Custos previdenciários	(161.667)	(147.141)
Custos de publicidade	(143.618)	(128.789)
Despesas de transporte	(161.039)	(118.023)
Amostras	(92.628)	(86.901)
Benefícios para funcionários previstos em Lei	(65.641)	(61.079)
Outros benefícios a empregados	(76.470)	(69.005)
Viagens/estadias e refeições	(35.373)	(31.595)
Material de limpeza e escritório	(45.179)	(65.881)
Plano de participação nos resultados	(48.199)	(42.402)
Serviços de terceiros - manutenção e reparos	(44.997)	(42.397)
Encargos de depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(48.738)	(34.973)
Encargos de amortização de direito de uso	(38.000)	(30.138)
Energia elétrica, água e telefone	(17.608)	(17.218)
Combustíveis e lubrificantes	(21.057)	(20.941)
Provisão para perdas com processos judiciais	(16.778)	(68.465)
Comissões sobre vendas	(7.802)	(11.877)
Provisão para devolução	2.760	127
Reversão (provisão) para perdas de valor recuperável do contas a receber	(314)	(4.932)
Provisão para obsolescência dos estoques	(11.972)	63.631
Outras despesas (receitas)	(65.797)	(46.587)
Total dos custos e despesas	(2.691.825)	(2.539.956)
Custo dos produtos vendidos	(1.286.446)	(1.261.944)
Despesas com vendas	(445.596)	(395.351)
Despesas administrativas	(959.783)	(882.661)
	(2.691.825)	(2.539.956)

24. Outras (despesas) receitas, líquidas

	30/06/2024	30/06/2023
Outras despesas		
Impostos e taxas (i)	(99.312)	(72.434)
Outros	(3.507)	(6.778)
	(102.819)	(79.212)
Outras receitas		
Recuperação de impostos (Nota 9)	344.490	29.216
Ganho na baixa de Investimentos	1.820	6.294
Ganho de subvenção referente concessão de ICMS (Nota 14) (ii)	594	5.030
Outras receitas	9.509	7.286
	356.413	47.826
Outras (despesas) receitas, líquidas	253.594	(31.386)

- (i) Refere-se substancialmente a taxas e contribuições vinculadas aos incentivos fiscais da Sociedade pagas em favor do Fundo de Fomento do Fundo de Fomento às Micro e Pequenas Sociedades - FMPES, da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, do Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas - FTI, de outros fundos ou programas instituídos pelo governo amazonense ou de instituições que desenvolvam programas e projetos sociais, culturais e esportivos, sem fins lucrativos, conforme previsto pela Lei 2.826/03.
- (ii) Refere-se a renegociação realizada junto ao BRB referente a concessão de benefício creditício de ICMS, o qual foi reconhecido como ganho com subvenção após a quitação dos passivos junto à credora.

25. Resultado financeiro, líquido

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita financeira		
Variação cambial ativa e de instrumentos financeiros	15.637	36.570
Rendimento de aplicação financeira	41.325	34.556
Juros e atualizações monetárias (Nota 9)	194.715	3.891
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.331	7.299
Outras receitas	300	10.674
Total da receita financeira	<u>253.308</u>	<u>92.990</u>
Despesa financeira		
Juros sobre empréstimos, financiamentos	(17.574)	(20.424)
Juros e atualizações monetárias	(22.648)	(15.960)
Variação cambial passiva e de instrumentos financeiros	(30.010)	(38.106)
Arrendamento IFRS 16 - juros passivos	(17.625)	(16.201)
Outras despesas	(3.822)	(4.246)
Total da despesa financeira	<u>(91.679)</u>	<u>(94.937)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>161.629</u>	<u>(1.947)</u>

26. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, bem como as transações que influenciam os resultados dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações do Grupo com suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições definidas por elas e estão assim apresentadas:

a. Saldos contas patrimoniais do fim do exercício

	<u>Contas a Receber</u>		<u>Fornecedores</u>	
	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rinplus	-	1.359	-	-
Instituto Vita Nova	-	-	1.427	10.757
Underskin LLC	374	1.115	-	-
3Z Realty	5.004	4.401	-	-
Outros	230	2.036	82	8.644
	<u>5.608</u>	<u>8.911</u>	<u>1.509</u>	<u>19.401</u>

	Outras contas a receber e adiantamentos		Outras contas a pagar e adiantamentos	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Instituto Vita Nova	-	10.000	-	-
Innoveren Pharma S.A	-	-	4.840	4.840
NC Farma Participações S/A	-	-	26.136	13.761
NC Investimentos Ltda	847	847	-	-
Outros	-	906	-	-
	<u>847</u>	<u>11.753</u>	<u>30.976</u>	<u>18.601</u>

b. Dividendos a pagar

	30/06/2024	31/12/2023
NC Investimentos Ltda	11.662	11.662
NC Farma Participações S/A	-	648.788
Germed Farmacêutica LDA	29.852	30.366
Saltmont Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Investimento no Exterior	46.402	46.402
Saltriver Fundo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Investimento no Exterior	7.733	7.733
Global Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Investimento no Exterior	7.733	7.733
	<u>103.382</u>	<u>752.684</u>

Adicionalmente, em 30 de junho de 2024, foi realizada a antecipação de dividendos a NC Farma Participações S/A no montante de R\$ 131.857.

c. Remuneração do pessoal chave da administração

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 11,487% das despesas com folha de pagamento no exercício em 30 de junho de 2024 (11,487% em 31 de dezembro de 2023).

27. Seguros

O Grupo mantém apólices globais de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do Grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

A cobertura de seguros do Grupo contra riscos operacionais é de R\$1.040.000 e R\$20.000 para responsabilidade civil, em 2024 e 2023.

O Grupo não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações financeiras intermediárias, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Eventos subsequentes

Aquisição da Vitamine-se pela EMS

Em 5 de julho de 2024 o Grupo NC anunciou a aquisição da Vitamine-se, startup voltada para a comercialização de vitaminas e suplementos, adquirida através da entidade EMS, pelo valor de R\$ 13.300, pagos aos antigos acionistas em 18 de julho de 2024.

Captação de financiamento junto ao FINEP pela EMS

Em 27 de junho de 2024 a entidade EMS realizou um financiamento junto ao FINEP no montante de R\$ 400.000, sendo que, até a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidos os montantes de recursos previstos. O contrato tem prazo de 193 meses, sendo 48 meses de carência e 145 meses de amortização e a taxa de amortização é TR + 2,3% a.a.

Captação de financiamento junto ao BNDES pela EMS

Em 26 de julho de 2024 a entidade EMS realizou um financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 500.000, sendo que, até a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidos os montantes de recursos previstos. O contrato tem prazo de 120 meses, sendo 36 meses de carência, 84 meses de amortização e a taxa de amortização é TR + 2,2% a.a.